

O Desenvolvimento Econômico Local – Amazonas II

Nilson Pimentel (*)

24/02/2017

Ainda nesses dias que antecedem o 50º aniversário de implementação do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) se tem travado discussões com outros pesquisadores sobre as diversas causas da estagnação econômica que os Municípios do estado do Amazonas, mesmo e a despeito da existência de imensos recursos naturais e de potenciais econômicos assentados nos espaços territoriais desses municípios e do grandioso volume de recursos gerados pelas atividades econômicas do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Antes que se coloquem as divergências de ideias sobre as questões que envolvem o desenvolvimento econômico regional local, se faz necessário ressaltar que seja comum em quase todas as abordagens que o desenvolvimento econômico de determinada região deva demonstrar melhorias na qualidade de vida da sociedade, que bem poderiam se caracterizar pela disponibilidade de serviços e bens acessíveis a todos os indivíduos daqueles espaços territoriais que passam por indução de processos de desenvolvimento econômico.

Visto assim, entende-se que as ações indutoras podem se caracterizar como possibilidades para que a organização espacial condicione naturalmente o desenvolvimento econômico, criando mobilidades e acessos a maiores oportunidades para uma apropriada utilização dos recursos naturais e humanos daquele espaço territorial.

Para tanto, nas discussões no Clube de Economia da Amazônia (CEA) os especialistas, em geral, sempre remetem que os processos e ações de desenvolvimento econômico regional devem iniciar-se e mantém relação intrínseca com as possibilidades da utilização reacional dos recursos naturais e demais fatores de produção, pois são inerentes à aglomeração das atividades econômicas e a concentração de pessoas, com a distribuição destes no espaço territorial municipal.

Tanto é assim, que alguns pesquisadores econômicos enfocam que existam problemas quanto à densidade demográfica nos municípios amazonenses, o que influencia na desigualdade em termos de mercado e em renda, como seja:

- a) se refere a problemática da desigualdade regional, entre os Municípios e entre as 9 sub-regiões do Amazonas, principalmente da renda per capita, o que denota a ausência de políticas públicas específicas que minimize e que melhor adeque esse problema;
- b) o outro problema, além da baixa densidade populacional entre os Municípios dessas sub-regiões, há um problema maior, que é da desigualdade da renda total, o que demonstra que em alguns espaços territoriais existam mais atividades econômicas que em outros, provocando maior desigualdade na renda absoluta entre as sub-regiões e entre os municípios em geral.

Portanto, visto como um problema de proporcionalidade populacional dentro de cada sub-região, haja vista a mobilidade do fator trabalho entre as sedes municipais e a capital-estado Manaus, o que influencia, sobremaneira, o mercado de produtos e de fatores.

Por outro lado, outra questão tão importante, é o da concentração da produção, que no caso do Amazonas se dá na cidade de Manaus por força do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) com as atividades dinâmicas do Polo Industrial de Manaus (PIM), que nesse caso específico não é um problema, mas uma solução regional, entretanto, somente tem provocado o crescimento da economia de Manaus que traz de arrasto a economia total do Amazonas, o que teoricamente é um simples modelo concentrador de produção.

No primeiro momento de análise o que se tem é um aumento da densidade populacional e respectiva renda, deixando para a 'periferia', (Região Metropolitana e demais municípios), certo vazio demográfico e baixa renda.

De certa forma, com densidade populacional elevada, em Manaus se vê carência de espaços públicos, inclusive déficit residencial, acarretando desutilidade econômica à sociedade e desigualdade de salários naqueles que atuam no PIM, e não bem-estar.

Assim, qual é o problema da concentração da produção?

No olhar estritamente econômico, não há problema, a menos que esteja havendo deseconomia de escala e que não esteja sendo captada pelo mercado, o que no caso o PIM e os resultados positivos indutivos à economia total do Amazonas não há problema regional, mas o descaso e a falta de comprometimento com aquela 'periferia' em termos de políticas específicas para desenvolvimento econômico regional, que não é problema econômico.

No caso do Amazonas, em face da base física geográfica do estado, a indução de políticas e/ou processos de desenvolvimento econômico regional por possível motivação não econômica tende ao aproveitamento econômico de base endógena que seja possível ordenar as atividades econômicas produtivas nas áreas que mais os espaços territoriais tenham capacidade de sustentação dessa base produtiva (solução inviável economicamente à industrialização), que seja voltada a sustentação da renda esperada por aquela sociedade, senão a frustra e condena a mais miséria.

No Amazonas se tem casos até hilários nesse sentido ou de falha no projeto, falta de avaliação da viabilidade econômica, etc, como no caso do dito "bacalhau de pirarucu", a "colonização agrícola dos russos", "o zona franca verde", "o dendê do Amazonas", o "Amazonas - maior produtor de peixe", etc, etc, etc.

Entendem aqueles especialistas do CEA que no Amazonas ainda não se rompeu algumas restrições 'comportamentais' de movimento anti cultural de que "somente essas coisas só pontual aqui", "que seja único no mundo", "do que seja vontade política do governante e não de análises de viabilidade técnico-econômica", ou de outra forma, se deva buscar conhecimentos onde tem, pois isto não representa demérito para ninguém.

Ao se propor um programa ou projeto de desenvolvimento econômico regional não se estar buscando alternativas aos existentes, mas abrindo outras frentes de possibilidades de investimentos com possíveis exequibilidades econômicas, principalmente de base endógena, que detenham resultantes econômicas do emprego, da renda, dos fluxos econômicos convergentes intra sub-regiões e com as externalidade positivas que a economia total do Amazonas tanto necessita.

No Amazonas essa base endógena, com estratégias de desenvolvimento regional tende a refletir no setor primário com possibilidades de convergências econômicas em Polos agroindustriais e de agronegócios, que se apresente nessa nova elaboração de incentivos fiscais claros aos segmentos e que leve a verticalização produtiva dos recursos naturais disponíveis.

Portanto, se ainda tem o Governo estadual como principal indutor dessa corrente de base endógena, se precisam desenvolver estratégias e características próprias para cada sub-região ou até mesmo cada município, onde há necessidade de reforçar o crescimento endógeno e procurar mercados que leve a convergências econômicas entre as sub-regiões.

Os especialistas sempre pontuam que os problemas econômicos regionais do Amazonas advêm das desigualdades que o processo de desenvolvimento se difunde, ou seja, as economias externas as sub-regiões sempre conseguem captar fatores de produção das mais pobres, e o que desperta o interesse pela Economia Amazonense total se deve a elevada concentração urbana, de emprego e renda, que se localiza em Manaus, a capita-estado, naquilo que traz na quase totalidade de localização das atividades econômicas dinâmicas geradoras de altos resultados positivos, do mercado e do elevado consumo, das economias de escala proporcional às plantas fabris e da concentração da mão de obra mais qualificada.

Pois o grande desafio de todos é a busca desse desenvolvimento econômico regional que sustente a Economia Amazonense sem as dependências às atividades econômicas do PIM, pois não é possível que se tendo essa imensa riqueza natural a ser explorada, ainda não se tenha feito nada até primeiro quartil do século XXI.

() Economista, Engenheiro, Administrador de Empresas, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Consultor Empresarial, Pesquisador e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.*